

# Concessionária de Rodovia Sul-Matogrossense S.A.

Relatório da Revisão Especial - Sem Ressalva sobre o informações trimestrais findas em 30 de junho de 2024

Ref.: Relatório nº 247O2-012-PB



## Índice

Dados da Empresa	
Composição do Capital	1
DFs Individuais	
Balanço Patrimonial Ativo	2
Balanço Patrimonial Passivo	3
Demonstração do Resultado	4
Demonstração do Resultado Abrangente	6
Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)	7
Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido	
DMPL - 01/01/2024 à 30/06/2024	8
DMPL - 01/01/2023 à 30/06/2023	9
Demonstração de Valor Adicionado	10
Comentário do Desempenho	
Notas Explicativas	16
Pareceres e Declarações	
Relatório da Revisão Especial - Sem Ressalva	28
Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras	29
Declaração dos Diretores sobre o Relatório do Auditor Independente	30

## Dados da Empresa / Composição do Capital

Número de Ações (Unidade)	Trimestre Atual 30/06/2024	
Do Capital Integralizado		
Ordinárias	1.088.000.000	
Preferenciais	0	
Total	1.088.000.000	
Em Tesouraria		
Ordinárias	0	
Preferenciais	0	
Total	0	

## DFs Individuais / Balanço Patrimonial Ativo

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 30/06/2024	Exercício Anterior 31/12/2023
1	Ativo Total	650.681	858.774
1.01	Ativo Circulante	622.976	129.398
1.01.01	Caixa e Equivalentes de Caixa	49.890	91.837
1.01.02	Aplicações Financeiras	3.166	3.955
1.01.03	Contas a Receber	560.200	29.380
1.01.03.01	Clientes	560.200	29.380
1.01.03.01.0	1 Contas a receber das operações	31.982	28.431
1.01.03.01.0	2 Contas a receber de partes relacionadas	3	949
1.01.03.01.0	3 Contas a receber do Poder Concedente	528.215	0
1.01.06	Tributos a Recuperar	3.601	2.678
1.01.07	Despesas Antecipadas	6.119	1.548
1.01.07.01	Despesas Antecipadas e Outros Créditos	6.119	1.548
1.02	Ativo Não Circulante	27.705	729.376
1.02.01	Ativo Realizável a Longo Prazo	27.705	729.376
1.02.01.01	Aplicações Financeiras Avaliadas a Valor Justo através do Resultado	27.642	27.328
1.02.01.10	Outros Ativos Não Circulantes	63	702.048
1.02.01.10.0	4 Tributos a recuperar	0	19
1.02.01.10.0	5 Contas a receber do Poder Concedente	0	701.948
1.02.01.10.0	6 Outros créditos	63	81

## DFs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 30/06/2024	Exercício Anterior 31/12/2023
2	Passivo Total	650.681	858.774
2.01	Passivo Circulante	108.492	110.323
2.01.01	Obrigações Sociais e Trabalhistas	8.880	9.519
2.01.02	Fornecedores	18.036	28.501
2.01.03	Obrigações Fiscais	5.002	4.725
2.01.03.01	Obrigações Fiscais Federais	2.736	2.249
2.01.03.01.01	Imposto de Renda e Contribuição Social a Pagar	2.088	1.627
2.01.03.01.02	Obrigações parceladas	648	622
2.01.03.03	Obrigações Fiscais Municipais	2.266	2.476
2.01.03.03.01	ISS a recolher	2.266	2.476
2.01.04	Empréstimos e Financiamentos	49.470	49.833
2.01.04.01	Empréstimos e Financiamentos	49.470	49.833
2.01.04.01.01	Em Moeda Nacional	49.470	49.833
2.01.05	Outras Obrigações	27.104	17.745
2.01.05.01	Passivos com Partes Relacionadas	23.451	15.377
2.01.05.02	Outros	3.653	2.368
2.01.05.02.05	Outras obrigações com o Poder Concedente	1.166	1.115
2.01.05.02.07	Outras obrigações	2.487	1.253
2.02	Passivo Não Circulante	671.539	688.947
2.02.01	Empréstimos e Financiamentos	661.256	683.009
2.02.01.01	Empréstimos e Financiamentos	661.256	683.009
2.02.01.01.01	Em Moeda Nacional	661.256	683.009
2.02.02	Outras Obrigações	4.404	2.738
2.02.02.01	Passivos com Partes Relacionadas	930	0
2.02.02.02	Outros	3.474	2.738
2.02.02.02.03	Obrigações sociais e trabalhistas	136	136
2.02.02.02.04	Forncedores	3.338	2.602
2.02.03	Tributos Diferidos	0	62
2.02.03.01	Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	0	62
2.02.04	Provisões	5.879	3.138
2.02.04.01	Provisões Fiscais Previdenciárias Trabalhistas e Cíveis	5.879	2.825
2.02.04.02	Outras Provisões	0	313
2.02.04.02.05	Obrigações parceladas	0	313
2.03	Patrimônio Líquido	-129.350	59.504
2.03.01	Capital Social Realizado	1.088.000	1.088.000
2.03.02	Reservas de Capital	142	82
2.03.05	Lucros/Prejuízos Acumulados	-1.217.492	-1.028.578

## DFs Individuais / Demonstração do Resultado

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 01/04/2024 à 30/06/2024	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2024 à 30/06/2024	Igual Trimestre do Exercício Anterior 01/04/2023 à 30/06/2023	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2023 à 30/06/2023
3.01	Receita de Venda de Bens e/ou Serviços	79.436	144.069	44.257	122.782
3.02	Custo dos Bens e/ou Serviços Vendidos	-100.606	-187.312	-66.048	-133.598
3.02.01	Custo de Construção	-1.921	-4.640	-161	-1.699
3.02.02	Serviços	-60.381	-104.322	-26.159	-53.969
3.02.03	Custos Contratuais	-4.693	-9.376	-4.509	-8.704
3.02.04	Depreciação e Amortização	-13.603	-27.349	-13.211	-26.480
3.02.05	Custo com Pessoal	-13.096	-25.079	-11.943	-23.720
3.02.07	Materiais, Equipamentos e Veículos	-5.074	-13.511	-8.866	-16.685
3.02.08	Outros	-1.838	-3.035	-1.199	-2.341
3.03	Resultado Bruto	-21.170	-43.243	-21.791	-10.816
3.04	Despesas/Receitas Operacionais	-33.003	-64.991	-30.516	-65.098
3.04.02	Despesas Gerais e Administrativas	-33.003	-64.991	-30.516	-65.098
3.04.02.01	Serviços	-2.424	-4.769	-1.965	-3.764
3.04.02.02	Depreciação e Amortização	-1.184	-2.434	-1.325	-2.958
3.04.02.03	Despesas com Pessoal	-4.260	-8.520	-3.599	-6.864
3.04.02.04	Materiais, Equipamentos e Veículos	-251	-382	-111	-250
3.04.02.05	Campanhas Publicitária e Eventos, Feiras e Informativos	-42	-203	-110	-121
3.04.02.06	Provisão para Riscos Cíveis, Trabalhistas e Previdenciários	-3.104	-3.054	-152	802
3.04.02.07	Água, Luz, Telefone, Internet e Gás	-193	-397	-269	-545
3.04.02.10	Outras receitas (despesas) operacionais	-1.341	-3.417	-1.001	-1.939
3.04.02.11	Provisão para perda esperada - Contas a receber	0	0	0	1
3.04.02.15	Provisão para perdas MSVia (adesão à Lei 13.448/17)	-19.599	-40.904	-19.578	-39.491
3.04.02.16	Multas indedutíveis	0	0	-1.768	-7.315
3.04.02.17	Indenização civil	-605	-911	-638	-2.654
3.05	Resultado Antes do Resultado Financeiro e dos Tributos	-54.173	-108.234	-52.307	-75.914
3.06	Resultado Financeiro	-38.961	-80.742	-27.504	-60.017
3.07	Resultado Antes dos Tributos sobre o Lucro	-93.134	-188.976	-79.811	-135.931

## DFs Individuais / Demonstração do Resultado

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 01/04/2024 à 30/06/2024	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2024 à 30/06/2024	Igual Trimestre do Exercício Anterior 01/04/2023 à 30/06/2023	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2023 à 30/06/2023
3.08	Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro	1.282	62	3.271	-510
3.08.02	Diferido	1.282	62	3.271	-510
3.09	Resultado Líquido das Operações Continuadas	-91.852	-188.914	-76.540	-136.441
3.11	Lucro/Prejuízo do Período	-91.852	-188.914	-76.540	-136.441
3.99	Lucro por Ação - (Reais / Ação)				
3.99.01	Lucro Básico por Ação				
3.99.01.01	ON	-0,08442	-0,17363	-0,07035	-0,12541
3.99.02	Lucro Diluído por Ação				
3.99.02.01	ON	-0,08442	-0,17363	-0,07035	-0,12541

## DFs Individuais / Demonstração do Resultado Abrangente

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 01/04/2024 à 30/06/2024	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2024 à 30/06/2024	Igual Trimestre do Exercício Anterior 01/04/2023 à 30/06/2023	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2023 à 30/06/2023
4.01	Lucro Líquido do Período	-91.852	-188.914	-76.540	-136.441
4.03	Resultado Abrangente do Período	-91.852	-188.914	-76.540	-136.441

## DFs Individuais / Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2024 à 30/06/2024	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2023 à 30/06/2023
6.01	Caixa Líquido Atividades Operacionais	20.735	34.971
6.01.01	Caixa Gerado nas Operações	-117.385	-62.674
6.01.01.01	Lucro / Prejuízo Líquido do Período	-188.914	-136.441
6.01.01.02	Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	-62	510
6.01.01.03	Depreciação e Amortização	29.783	29.438
6.01.01.04	Baixa do Ativo Imobilizado	298	180
6.01.01.05	Juros e Variação Monetária sobre Financiamentos	31.264	35.522
6.01.01.10	Remuneração do contas a receber do Poder Concedente	-37.628	-36.545
6.01.01.11	Juros sobre Impostos Parcelados	30	67
6.01.01.12	Plano de incentivo de longo prazo liquidável em ações	60	41
6.01.01.13	Comissão de fianças com partes relacionadas	2.791	2.986
6.01.01.14	Constituições líquidas de reversões e atualizações para provisões de riscos cíveis, trabalhistas, previdenciários e contratuais	4.343	1.946
6.01.01.15	Provisão para Perda Esperada - Contas a Receber	0	-1
6.01.01.18	Estimativa de Perda Lei nº 13.448/17	40.904	39.491
6.01.01.19	Rendimento de Aplicação Financeira	-254	132
6.01.02	Variações nos Ativos e Passivos	138.120	97.645
6.01.02.01	Contas a Receber	-3.551	-520
6.01.02.02	Contas a Receber - Partes Relacionadas	946	59
6.01.02.03	Tributos a Recuperar	-904	-1.093
6.01.02.05	Contas a Receber com Poder Concedente	150.407	123.335
6.01.02.07	Despesas antecipadas e outras	-4.553	-2.260
6.01.02.08	Fornecedores	-9.729	-11.466
6.01.02.09	Fornecedores - Partes Relacionadas	6.213	-5.512
6.01.02.12	Outras Obrigações com o Poder Concedente	51	59
6.01.02.13	Imposto de renda e contribuição social a pagar	-66	-1.244
6.01.02.15	Obrigações Sociais e Trabalhistas	-639	-1.154
6.01.02.16	Outras Contas a Pagar	1.234	189
6.01.02.17	Pagamento da Provisão para Riscos Cíveis, Trabalhistas e Previdenciários	-1.289	-2.748
6.02	Caixa Líquido Atividades de Investimento	-9.302	-17.725
6.02.01	Aquisição de Ativo Imobilizado	-5.254	-4.509
6.02.02	Adições do Ativo Intangível	-4.812	-4.137
6.02.03	Outros de Ativo Imobilizado e Intangível	35	-8.453
6.02.04	Resgate / Aplicações na Conta Reserva	-314	29
6.02.10	Aplicações Financeiras Líquidas de Resgate	1.043	-655
6.03	Caixa Líquido Atividades de Financiamento	-53.380	-1.368
6.03.03	Integralização de Capital	0	53.000
6.03.05	Empréstimos e Financiamentos - Pagamento do Principal	-24.335	-24.138
6.03.06	Empréstimos e Financiamentos - Pagamento de Juros	-29.045	-30.230
6.05	Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes	-41.947	15.878
6.05.01	Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	91.837	74.275
6.05.02	Saldo Final de Caixa e Equivalentes	49.890	90.153

## DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2024 à 30/06/2024

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	1.088.000	82	0	-1.028.578	0	59.504
5.02	Ajustes de Exercícios Anteriores	0	0	0	0	0	0
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	1.088.000	82	0	-1.028.578	0	59.504
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	60	0	0	0	60
5.04.08	Plano de Incentivo de Longo Prazo, liquidável em ações	0	60	0	0	0	60
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	-188.914	0	-188.914
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	-188.914	0	-188.914
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	0	0	0	0
5.07	Saldos Finais	1.088.000	142	0	-1.217.492	0	-129.350

## DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2023 à 30/06/2023

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	1.035.000	0	0	-698.684	0	336.316
5.02	Ajustes de Exercícios Anteriores	0	0	0	0	0	0
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	1.035.000	0	0	-698.684	0	336.316
5.04	Transações de Capital com os Sócios	53.000	41	0	0	0	53.041
5.04.01	Aumentos de Capital	53.000	0	0	0	0	53.000
5.04.08	Plano de incentivo de longo prazo, liquidável em ações	0	41	0	0	0	41
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	-136.441	0	-136.441
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	-136.441	0	-136.441
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	0	0	0	0
5.07	Saldos Finais	1.088.000	41	0	-835.125	0	252.916

## DFs Individuais / Demonstração de Valor Adicionado

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2024 à 30/06/2024	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2023 à 30/06/2023
7.01	Receitas	158.938	134.684
7.01.01	Vendas de Mercadorias, Produtos e Serviços	158.938	134.683
7.01.04	Provisão/Reversão de Créds. Liquidação Duvidosa	0	1
7.02	Insumos Adquiridos de Terceiros	-187.044	-137.533
7.02.01	Custos Prods., Mercs. e Servs. Vendidos	-129.495	-80.933
7.02.02	Materiais, Energia, Servs. de Terceiros e Outros	-52.909	-54.901
7.02.04	Outros	-4.640	-1.699
7.02.04.01	Custo de construção	-4.640	-1.699
7.03	Valor Adicionado Bruto	-28.106	-2.849
7.04	Retenções	-29.783	-29.438
7.04.01	Depreciação, Amortização e Exaustão	-29.783	-29.438
7.05	Valor Adicionado Líquido Produzido	-57.889	-32.287
7.06	VIr Adicionado Recebido em Transferência	4.830	5.157
7.06.02	Receitas Financeiras	4.830	5.157
7.07	Valor Adicionado Total a Distribuir	-53.059	-27.130
7.08	Distribuição do Valor Adicionado	-53.059	-27.130
7.08.01	Pessoal	29.355	26.874
7.08.01.01	Remuneração Direta	21.248	18.579
7.08.01.02	Benefícios	6.359	6.703
7.08.01.03	F.G.T.S.	1.187	1.088
7.08.01.04	Outros	561	504
7.08.02	Impostos, Taxas e Contribuições	19.372	16.530
7.08.02.01	Federais	8.455	7.469
7.08.02.02	Estaduais	283	284
7.08.02.03	Municipais	10.634	8.777
7.08.03	Remuneração de Capitais de Terceiros	87.128	65.907
7.08.03.01	Juros	85.555	65.138
7.08.03.02	Aluguéis	1.573	769
7.08.04	Remuneração de Capitais Próprios	-188.914	-136.441
7.08.04.03	Lucros Retidos / Prejuízo do Período	-188.914	-136.441

#### 1. ANÁLISE DE DESEMPENHO OPERACIONAL MSVIA

#### Abril a Junho/2024

A MSVia ("CCR MSVia" ou "Companhia" ou "Concessionária") é uma sociedade por ações controlada pela CCR S.A. ("CCR"), a qual detém diretamente 100% do capital social da Companhia.

Estas informações financeiras intermediárias foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com o pronunciamento técnico CPC 21 (R1) — Demonstrações Intermediárias e com a norma internacional de contabilidade IAS 34 — *Interim Financial Reporting*, emitida pelo *International Accounting Standards Board* — (IASB), incluem também as disposições da lei nº 6.404/1976 e normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM), aplicáveis para a apresentação das informações financeiras intermediárias e as comparações são referentes ao 2T2023.

#### 1.1 - Principais destaques

Após a qualificação da Companhia no âmbito do Programa de Parcerias de Investimentos da Presidência da República — PPI para fins de relicitação, em 10 de junho de 2021 foi celebrado a assinatura do 1º Termo Aditivo ao contrato de concessão da Companhia, firmado entre a União Federal, por intermédio da ANTT.

O presente termo tem por objetivo estabelecer as condições de prestação dos serviços de manutenção, conservação, operação, monitoração e execução dos investimentos essenciais contemplados no contrato originário, as responsabilidades durante o período de transição e transferência da concessão a serem observadas durante a sua vigência a fim de garantir a continuidade e a segurança dos serviços essenciais relacionados ao Empreendimento. A Companhia também continuou executando obras na BR-163/MS, autorizadas pela Licença de Operação nº 1.508/2019.

Em 20 de janeiro de 2022, foi realizada reunião de Diretoria Colegiada da ANTT, que aprovou o 2º Termo Aditivo ao contrato de concessão. Em 7 de fevereiro de 2022, o 2º Termo Aditivo ao contrato de concessão foi assinado pelas partes com a alteração do PER — Plano de Exploração da Rodovia, compatibilizando os parâmetros das obrigações da Companhia após o enquadramento no processo de relicitação.

No dia 10 de março de 2023, foi assinado o 3º Aditivo ao Contrato de Concessão, tendo como objeto prorrogar o prazo de vigência do 1º Aditivo em 24 meses, definição dos valores da tarifa de pedágio, estabelecer as condições de prestação dos serviços e as responsabilidades durante o período de transição e disciplinar o pagamento da indenização pelo futuro contratado.

Em 14 de agosto de 2023, a Diretoria Colegiada da ANTT aprovou o reajuste da Tarifa Básica de Pedágio (TBP), correspondente à variação do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), que indicou o percentual positivo de 16,82%. Está deliberação entrou em vigor a partir da zero hora do dia 18 de agosto de 2023.

Em 06 de junho de 2024, a ANTT aprovou o reajuste anual da Tarifa Básica de Pedágio (TBP), correspondente à variação do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) que resultou em um acréscimo de 3,69% sobre as tarifas de pedágio praticadas atualmente vigentes, em vigor a partir da zero hora do dia 14 de junho de 2024.

PÁGINA: 11 de 30

#### 1.2 - Análise do demonstrativo de resultado trimestral

#### Receita bruta operacional

Receita bruta [R\$ mil]	2°T24	2°T23	Var.%
Receita de pedágio	69.589	40.953	69,9%
Receitas acessórias	2.452	2.327	5,4%
Receita de construção	1.921	161	1.093,2%
Receitas de remuneração de contas a receber do Poder Concedente	13.560	6.669	103,3%
Receita bruta total	87.522	50.110	74,7%
Deduções	(8.086)	(5.853)	38,2%
Receita líquida total	79.436	44.257	79,5%

Receita de pedágio: Considerando a grande representatividade do agronegócio na região atrelado ao aumento do consumo interno de milho a Companhia apresentou um acréscimo de tráfego de veículos da categoria comercial e com isso a receita aumentou em 69,9% no 2T24 em comparação ao 2T23. A estiagem na região norte também fez com que o escoamento da safra tenha sido feito pelos portos do sul/sudeste impactando positivamente a Companhia.

Receitas acessórias: Aumento de 5,4% no 2T24 em comparação ao 2T23 devido reajuste anual dos contratos de utilização da faixa de domínio, redes de telefonia, fibra óptica, água, esgoto e energia elétrica.

Receita de construção: Aumento de 1093,2% dos investimentos no 2T24 em comparação ao 2T23, devido à elaboração de estudos e projetos de obras Ampliação da Capacidade da Rodovia no 2T24.

Receitas de remuneração de contas a receber do Poder Concedente: Variação positiva de 103,3% entre o 2T24 e 2T23, devido a atualização pelo IPCA que ficou maior no 2T24.

**Deduções:** Aumento de 38,2% no 2T24 em comparação com o 2T23, devido ao aumento de tráfego de veículos equivalente em relação ao 2T23.

#### Custos e despesas totais

Indicadores [R\$ mil]	2°T24	2°T23	Var.%
Custo de construção	1.921	161	1.093,2%
Depreciação e amortização	14.787	14.536	1,7%
Custos contratuais	4.802	4.509	6,5%
Serviços de terceiros	62.805	28.124	123,3%
Custo com pessoal	17.356	15.542	11,7%
Materiais, gastos gerais e outros	12.339	14.114	-12,6%
Provisão para perdas MSVia (adesão à Lei 13.448/17)	19.599	19.578	0,1%
Custos e despesas totais	133.609	96.564	38,4%

PÁGINA: 12 de 30

Os custos e as despesas totais aumentaram em 38,4% no 2T24 em relação ao 2T23, devido ao aumento da execução dos serviços de conservação do pavimento.

Custo de construção: Aumento de 1.093,2% dos investimentos no 2T24 em comparação ao 2T23, devido à elaboração de estudos e projetos de obras Ampliação da Capacidade da Rodovia no 2T24.

Depreciação e amortização: No 2T24 ocorreu aumento de 1,7% em comparação ao 2T23, devido as amortizações dos investimentos realizados de 2017 a 2024, sendo o principal reflexo a implantação do Dispositivo Diamante do km 258, que iniciou após o 3T21.

Custos contratuais: Referem-se à verba contratual de Fiscalização (paga à ANTT) e à verba destinada ao aparelhamento da Polícia Rodoviária Federal (PRF). Além disso, fazem parte todos os seguros previstos no contrato de concessão, dentre os quais o do patrimônio existente (*All Risks*), o das novas obras (riscos de engenharia), bem como responsabilidade civil e seguro garantia.

Serviços de terceiros: Este grupo se refere aos itens de prestadores de serviços, tiveram aumento de 123,3% no 2T24, devido principalmente ao aumento da execução dos serviços de conservação do pavimento.

Custos com pessoal: Os custos com pessoal sofreram aumento de 11,7% no 2T24 em comparação ao 2T23, devido a contabilização do custeio CCR e Holding, reajustes salariais e de benefícios, após aprovação do acordo coletivo.

Materiais, gastos gerais e outros: Redução de 12,6% no 2T24 em relação ao 2T23, referente a mudança da contabilização da atualização monetária da Multa TAC no 2T24 para o grupo de Despesas Financeiras.

Provisão para perdas MSVia (adesão à Lei 13.448/17): Em função das variações decorrentes do cálculo do contas a receber do Poder Concedente, tendo o principal efeito atualização do IPCA.

#### EBITDA e EBIT

Reconciliação EBITDA [R\$ mil]	2°T24	2°T23	Var.%
Prejuízo líquido	(91.852)	(76.540)	20,0%
(+) IR/CS	(1.282)	(3.271)	-60,8%
(+) Resultado financeiro	38.961	27.504	41,7%
(+) Depreciação e amortização	14.787	14.536	1,7%
EBITDA (a)	(39.386)	(37.771)	4,3%
Margem EBITDA (b)	-49,58%	-85,34%	35,8 p.p.

Reconciliação EBIT [R\$ mil]	2°T24	2°T23	Var.%
Prejuízo líquido	(91.852)	(76.540)	20,0%
(+) IR/CS	(1.282)	(3.271)	-60,8%
(+) Resultado financeiro	38.961	27.504	41,7%
EBIT (a)	(54.173)	(52.307)	3,6%
Margem EBIT (b)	-69,89%	-118,62%	-49 p.p.

- (a) Cálculo efetuado segundo Instrução CVM nº. 156/2022;
- (b) As margens EBITDA e EBIT ajustadas foram calculadas sobra a receita líquida, excluindo-se a receita de construção.

Resultado Financeiro	2°T24	2°T23	Var. %
Despesas financeiras	(41.078)	(30.432)	35,0%
Juros sobre financiamentos	(15.639)	(17.662)	-11,5%
Juros sobre obrigações parceladas	(13)	(31)	-58,1%
Juros e variações monetárias sobre obrigações	(1.396)	(1.493)	-6,5%
Variação monetária sobre o excedente tarifário e TAC multas	(23.778)	(11.015)	115,9%
Taxas, comissões e outras despesas financeiras	(252)	(231)	9,1%
Receitas financeiras	2.117	2.928	-27,7%
Rendimento sobre aplicações financeiras	1.988	2.878	-30,9%
Juros e outras receitas financeiras	129	50	158,0%
Resultado financeiro líquido	(38.961)	(27.504)	41,7%

Variação monetária sobre o excedente tarifário e TAC multas: Aumento de 41,7% no 2T24 em relação ao 2T23, referente a contabilização da atualização monetária pelo IPCA, do excedente tarifário e do TAC Multas.

#### 2. Fatos relevantes sobre o Serviço de Atendimento ao Usuário (SAU)

No comparativo entre o 2T24 e 2T23 observou-se uma redução significativa no número total de acidentes com mortos (-30,8%) e no número total de mortos (-5,9%).

A Companhia, em consonância com o Programa de Redução de Acidentes (PRA), o qual inclui a vigilância e intervenções em pontos identificados como mais propensos a acidentes, trabalha continuamente visando diminuir tanto a frequência quanto a gravidade desses eventos quanto aprimorar a Segurança Viária.

Na BR-163/MS, a Companhia tem promovido campanhas educativas, medidas de engenharia viária e ações coercitivas desde 2014, além de intervenções específicas durante feriados prolongados e eventos como o Maio Amarelo e a Semana Nacional do Trânsito. Adicionalmente, são realizadas Micro Ações, uma inovação implementada em 2019, que consistem em intervenções rápidas realizadas pelas equipes de atendimento em pontos críticos ao longo da rodovia. Também são conduzidas palestras em empresas próximas, postos de serviços, comunidades e escolas, com suporte de sistemas inteligentes (ITS), incluindo o PMV (painéis de mensagens fixos e móveis) para divulgação de mensagens educativas em tempo real e o CFTV (circuito fechado de TV) para monitoramento da via, contribuindo para uma gestão mais eficaz das ações preventivas, aumento da segurança viária e otimização dos recursos. Todas essas iniciativas visam conscientizar a população sobre a importância da redução de acidentes.

TOTAL DE ACIDENTES	2°T24	2°T23	Var.%
Número de mortos	9	13	-30,8%
Mortos	16	17	-5,9%

#### 3. Considerações finais

As informações trimestrais — ITR da Concessionária de Rodovia Sul-Matogrossense S.A., aqui apresentadas, estão de acordo com os critérios da legislação societária brasileira, a partir de informações financeiras revisadas.

As informações não financeiras, assim como outras informações operacionais, não foram objeto de revisão por parte dos auditores independentes.

#### 4. Declaração da Diretoria

Em observância às disposições constantes nos incisos V e VI do § 1° do artigo 31 da Resolução CVM n.º 80 de 29 de março de 2022 conforme alterada, a Diretoria da Companhia declara que discutiu, reviu e concordou, por unanimidade, com as opiniões expressas no Relatório da KPMG Auditores Independentes Ltda. ("KPMG") sobre as informações trimestrais da Companhia, emitido nesta data, e com as respectivas informações trimestrais, relativas ao trimestre encerrado em 30 de junho de 2024.

Campo Grande, 24 de julho de 2024.

A Diretoria

PÁGINA: 15 de 30

#### Notas Explicativas às Informações Trimestrais (ITR) findas em 30 de junho de 2024

Os saldos apresentados em Reais nestas ITRs foram arredondados para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

#### 1. Contexto operacional

A Companhia tem por objeto social específico e exclusivo, sob o regime de concessão, a exploração da infraestrutura e da prestação dos serviços públicos de recuperação, operação, manutenção, monitoração, conservação, implantação de melhorias, ampliação de capacidade e manutenção do nível de serviço da rodovia BR-163/MS, nos termos do contrato de concessão celebrado com a União, por intermédio da Agência Nacional de Transportes Terrestres ("ANTT"), em decorrência do leilão objeto do edital de concessão n.º 005/2013 ("contrato de concessão"). A sede está localizada na avenida Zilá Corrêa Machado, número 5.600, no bairro Moreninha, na cidade de Campo Grande, no Estado de Mato Grosso do Sul.

Em 10 de junho de 2021, foi assinado o Termo Aditivo n.º 1 ao contrato de concessão, com o objetivo de estabelecer as obrigações relativas à relicitação, para o trecho concedido da BR-163/MS, entre a divisa do Estado do Mato Grosso e a divisa com o Paraná.

A vigência do Aditivo é de até 24 meses, contados a partir da publicação do Decreto n.º 10.647/2021, em 11 de março de 2021.

Em 20 de janeiro de 2022, foi realizada reunião de Diretoria Colegiada da ANTT, que aprovou o 2º Termo Aditivo ao contrato de concessão. Em 7 de fevereiro de 2022, o 2º Termo Aditivo ao contrato de concessão foi assinado pelas partes com a alteração do PER — Plano de Exploração da Rodovia, compatibilizando os parâmetros das obrigações da Companhia após o enquadramento no processo de relicitação.

Em 10 de março de 2023, foi celebrado o 3º Termo Aditivo ao contrato de concessão, entre a Companhia e o Poder Concedente, com objetivo de prorrogar a vigência da concessão, passando o término do contrato para até 12 de março de 2025, garantindo a continuidade e a segurança dos serviços essenciais aos usuários.

A Companhia conta com suporte financeiro do acionista controlador final CCR S.A.

Neste semestre, não ocorreram mudanças relevantes no contexto operacional, em relação às demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2023.

1.1. Outras informações relevantes — Processos judiciais, administrativos-regulatórios e arbitragem relacionados a questões do contrato de concessão

A Companhia é parte em processos judiciais, administrativos-regulatórios e arbitragens, relacionados a questões do contrato de concessão.

Os processos administrativos-regulatórios são os instrumentos formais pelos quais ocorre a interação entre a Companhia e o Poder Concedente (como uma relação de prestador de serviço com o cliente) a respeito de temas diversos relativos ao contrato de concessão, abrangendo, mas não se limitando a questões que afetam a interpretação contratual e o equilíbrio econômico-financeiro da concessão.

Tais processos administrativos-regulatórios podem ser iniciados por qualquer das partes, e neles são apresentados e debatidos temas técnicos, regulatórios, contratuais e jurídicos de naturezas diversas sobre a dinâmica da concessão. Durante a sua tramitação, tais processos trazem posições preliminares ou não definitivas a respeito das expectativas de direito de cada parte solicitante. Decisões administrativas devem ser proferidas observando a legislação própria de regência e os próprios contratos de concessão e, de uma forma geral, podem ser objeto de revisão judicial ou arbitral.

PÁGINA: 16 de 30

As naturezas dessas discussões contratuais tipicamente envolvem reajustes tarifários, eventos de força maior, modificações no momento de execução ou no escopo de obras previstas no contrato de concessão, controvérsias sobre o cumprimento ou não de requisitos contratuais específicos ou ainda sua forma de mensuração.

Existem incertezas relacionadas à mensuração dos processos regulatórios, dentre elas: (i) o entendimento de cada uma das partes sobre o tema, (ii) negociações ou suas evoluções subsequentes, que alteram substancialmente os valores envolvidos, (iii) a complexidade de mensuração, que comumente envolvem perícias técnicas, (iv) elevada probabilidade de que temas diversos sejam avaliados e solucionados de forma conjunta, pelo respectivo saldo líquido dos pleitos reconhecidos de cada parte, e (v) a forma da liquidação.

As resoluções finais sobre os temas regulatórios podem se dar de diversas formas, não excludentes, tais como: i) recebimento ou pagamento em caixa; ii) extensão ou redução de prazo contratual da concessão; iii) redução ou incremento de compromisso de investimentos futuros, aumento ou redução da tarifa.

Além disso, reequilíbrios recebidos sob a forma de aumento ou redução tarifária são reconhecidos à medida em que o serviço é prestado pela concessionária, assim como, reequilíbrios sob a forma de redução ou aumento de compromissos de investimentos futuros, que, por serem contratos executórios, serão reconhecidos no momento da realização da obra de melhoria da infraestrutura.

As informações financeiras intermediárias da Companhia não contemplam ajustes decorrentes destes processos, tendo em vista que até a presente data não houve desfecho ou tendência desfavorável para nenhum deles, exceto pelos tópicos relacionados a "Relicitação" da Companhia (para maiores informações vide nota 7.1.)

#### i. Redução Tarifária e Arbitragem

As partes renovaram o pedido de suspensão do procedimento arbitral para até 6 de agosto de 2024.

#### Bens reversíveis

No final do período de concessão, retornam ao Poder Concedente todos os bens reversíveis, direitos e privilégios vinculados à exploração do sistema rodoviário. A Companhia terá direito à indenização correspondente ao saldo não amortizado ou depreciado dos bens ou investimentos, cuja aquisição ou execução, tenha sido devidamente autorizada pelo Poder Concedente.

#### 2. Apresentação das ITR

Estas informações financeiras intermediárias foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo o pronunciamento técnico CPC 21 (R1) - Demonstrações Intermediárias e com a norma internacional de contabilidade IAS 34 - Interim Financial Reporting, emitida pelo International Accounting Standards Board - (IASB). Incluem também as disposições da Lei n.º 6.404/1976 e normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM).

Estas ITRs devem ser lidas em conjunto com as demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2023.

A Administração afirma que todas as informações relevantes próprias das ITRs estão divulgadas, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e correspondem às utilizadas por ela na sua gestão.

Em 24 de julho de 2024, foi autorizada pela Administração da Companhia a emissão destas ITRs.

PÁGINA: 17 de 30

#### 3. Políticas contábeis materiais

Neste semestre não ocorreram mudanças nas principais políticas e práticas contábeis e, portanto, mantém-se a consistência de aplicação dos procedimentos divulgados nas notas explicativas às demonstrações financeiras para o exercício findo em 31 de dezembro de 2023.

#### 4. Determinação dos valores justos

Neste semestre não ocorreram mudanças nos critérios de determinação dos valores justos.

#### 5. Gerenciamento de riscos financeiros

Neste semestre não ocorreram mudanças no gerenciamento de riscos financeiros.

#### 6. Caixa e equivalentes de caixa e Aplicações financeiras

Caixa e equivalentes de caixa	30/06/2024	31/12/2023
Caixa e bancos	13.035	16.380
Aplicações financeiras (a)	36.855	75.457
Total	49.890	91.837
Aplicações financeiras	30/06/2024	31/12/2023
Circulante	3.166	3.955
Aplicações financeiras (a)	3.166	3.955
Não circulante	27.642	27.328
Conta reserva (b)	27.642	27.328
Total	30.808	31.283

As aplicações financeiras foram remuneradas à taxa média de 100,30% do CDI, equivalente a 11,73% ao ano (100,74% do CDI, equivalente a 13,20% ao ano, em média, em 31 de dezembro de 2023).

- (a) Compreende substancialmente aplicações em fundo de investimento exclusivo e CDB; e
- (b) Destinada a atender obrigações contratuais de longo prazo relacionadas aos financiamentos (nota explicativa n.º 12).

#### 7. Contas a receber

#### 7.1. Contas a receber líquidas

	30/06/2024	31/12/2023
Circulante	560.197	28.431
Contas a receber das operações (a)	31.985	28.434
Provisão para perda esperada (b)	(3)	(3)
Contas a receber do Poder Concedente (c)	528.215	
Não Circulante	-	701.948
Contas a receber do Poder Concedente (c)	-	701.948
Total	560.197	730.379

(a) Créditos a receber decorrentes dos serviços prestados aos usuários, relativos às tarifas de pedágio que serão repassadas à concessionária, créditos a receber decorrentes de vale pedágio e créditos de receitas acessórias (principalmente ocupação de faixa de domínio e locação de painéis publicitários) prevista no contrato de concessão:

PÁGINA: 18 de 30

- (b) Reflete a perda esperada das operações, referentes aos créditos a receber citados no item (a). No que tange aos valores a serem recebidos do Poder Concedente, não há provisão para perda esperada. A Administração considera reduzido o risco de crédito do contas a receber do Poder Concedente, em função da ausência de histórico de não recebimento; e
- (c) Créditos a receber do Poder Concedente referente a bens reversíveis e indenizáveis, cuja movimentação está abaixo demonstrada:

	31/12/2023	30/06/2024			
Bens reversíveis e indenizáveis (a)	Saldo inicial	Remuneração	Transferência	Outros (b)	Saldo final
Circulante	-	16.549	639.276	(127.610)	528.215
Não circulante	701.948	21.079	(639.276)	(83.751)	-
Total geral	701.948	37.628	-	(211.361)	528.215

- (a) Indenização a receber do Poder Concedente em decorrência da devolução antecipada da concessão da Companhia, conforme legislação e regulamentação aplicável; e
- (b) O montante de R\$ 211.361 é composto por: (i) R\$ 40.904 pela estimativa de perda segundo a Lei n.º 13.448/2017, tendo sido aplicada a análise de recuperabilidade por valor justo, a qual inclui a avaliação de indenizações a serem recebidas do Poder Concedente, (ii) R\$ 143.465 pelo excedente tarifário sobre tarifas recebidas dos usuários, calculado após a assinatura do Termo Aditivo n.º 1; (iii) R\$ 6.942 pela atualização do Termo de Ajustamento de Conduta (TAC); e (iv) R\$ 20.050 transferência para imobilizado e intangível dos bens reversíveis não depreciados ao final do prazo de devolução.

#### 7.2. *Aging* do contas a receber

Idade de vencimentos dos títulos	30/06/2024	31/12/2023
Créditos a vencer	560.154	730.127
Créditos vencidos até 60 dias	43	252
Créditos vencidos de 91 a 180 dias	-	3
Créditos vencidos a mais de 180 dias	3	
Total	560.200	730.382

#### 7.3. Cronograma de recebimento (não circulante)

Cronograma de recebimento (não circulante)	30/06/2024	31/12/2023
2025	-	701.948
Total	-	701.948

#### 8. Imposto de renda e contribuição social

#### 8.1. Conciliação do imposto de renda e contribuição social - diferidos

A conciliação do imposto de renda e contribuição social registrada no resultado é demonstrada a seguir:

	2024	2024	2023	2023
Conciliação do imposto de renda e contribuição social	Abr - Jun	Jan - Jun	Abr - Jun	Jan - Jun
Prejuízo antes do imposto de renda e contribuição social	(93.134)	(188.976)	(79.811)	(135.931)
Imposto de renda e contribuição social à alíquota nominal (34%)	31.666	64.252	27.136	46.217
Efeito tributário das adições e exclusões permanentes				
IR e CS não constituído sobre prejuízos fiscais e diferenças temporárias (a)	(30.370)	(64.140)	(23.159)	(44.074)
Despesas indedutíveis	(31)	(70)	(646)	(2.582)
Remuneração variável de dirigentes estatutários	6	(11)	(60)	(71)
Atualização monetária sobre créditos tributários (Selic)	15	31	-	-
Outros ajustes tributários	(4)	-	-	-
Despesa de imposto de renda e contribuição social	1.282	62	3.271	(510)
Impostos diferidos	1.282	62	3.271	(510)
Alíquota efetiva de impostos	1,38%	0,03%	4,10%	-0,38%

(a) Em função de não haver expectativa de lucro tributável futuro, o reconhecimento do imposto de renda e da contribuição social diferidos foi limitado ao passivo fiscal diferido.

#### 8.2. Impostos diferidos

O imposto de renda e a contribuição social diferidos têm as seguintes origens:

Imposto de renda e a contribuição social diferidos	30/06/2024	31/12/2023
Ativo	80.948	82.561
Estimativa de perda Lei n.º 13.448/2017	77.801	80.304
Provisão para participação nos resultados (PLR)	1.521	1.531
Provisão para riscos cíveis, trabalhistas, previdenciários e contratuais	1.276	373
Provisão para fornecedores	181	189
Programa de gratificação longo prazo	168	159
Provisão para perda esperada - contas a receber	1	5
Compensação de imposto ativo	(80.948)	(82.561)
Impostos ativos após compensação	-	_
Passivo	(80.948)	(82.623)
Capitalização de juros	(77.467)	(78.916)
Custo de transação de financiamentos	(3.481)	(3.707)
Compensação de imposto passivo	80.948	82.561
Impostos passivos após compensação	-	(62)
Imposto diferido líquido	-	(62)
Movimentação do imposto diferido	2024	2023
Saldos em 1º de janeiro	(62)	(1.179)
Reconhecimento no resultado	62	(510)
Saldos em 30 de junho	-	(1.689)

No período findo em 30 de junho de 2024, foram realizados testes anuais de recuperabilidade dos ativos fiscais diferidos sobre prejuízos fiscais e bases negativas que estão constituídos, estando os saldos suportados por expectativa de resultados tributáveis futuros.

A Companhia não registrou o ativo fiscal diferido sobre o saldo de diferenças temporárias, prejuízo fiscal e base negativa no montante de R\$ 997.567 (R\$ 339.173 - efeito tributário em 30 de junho de 2024) e em 31 de dezembro de 2023 montante de R\$ 809.247 (R\$ 275.144 - efeito tributário), por não haver expectativa de geração de lucro tributável no futuro.

#### 9. Partes relacionadas

Os saldos de ativos e passivos em 30 de junho de 2024 e 31 de dezembro de 2023, assim como as transações que influenciaram os resultados dos trimestres e semestres findos em 30 de junho de 2024 e 2023, relativos às operações com partes relacionadas, decorrem de transações entre a Companhia, suas controladoras e outras partes relacionadas.

		30/06/2024				
		Outras partes Outras partes				
Saldos	Controladora	relacionadas	Total	Controladora	relacionadas	Total
Ativo	1	2.746	2.747	2	44.537	44.539
Aplicações financeiras	-	1.136	1.136	-	29.639	29.639
Bancos conta movimento	-	1.608	1.608	-	13.951	13.951
Contas a receber	1	2	3	2	947	949
Passivo	24.354	27	24.381	15.294	83	15.377
Contas a pagar	24.354	27	24.381	15.294	83	15.377

2022

#### **Notas Explicativas**

		2024				
		Abr - Jun				
		Outras partes			Outras partes	
Transações	Controladora	relacionadas	Total	Controladora	relacionadas	Total
Custo / despesas - infraestrutura	-	-	-	-	(1)	(1)
Custo / despesas - benefício da previdência privada de colaboradores	-	-	-	-	(20)	(20)
Despesas financeiras - juros e variações monetárias	-	(235)	(235)	-	(236)	(236)
Despesas de prestação de garantias em emissão de dividas	(1.396)	-	(1.396)	(1.493)	-	(1.493)
Receitas de aplicação financeiras	-	34	34	-	1.389	1.389
Repasse de custo e despesas - CSC (*)	(5.579)	-	(5.579)	(3.784)	-	(3.784)
Repasse de custo e despesas de colaboradores	143	(143)	-	-	-	-

	2024 Jan - Jun			Jan - Jun		
		Outras partes			Outras partes	
Transações	Controladora	relacionadas	Total	Controladora	relacionadas	Total
Custo / despesas - infraestrutura	-	(2)	(2)	-	(2)	(2)
Custo / despesas - serviços especializados e consultorias	-	-	-	-	(32)	(32)
Custo / despesas - benefício da previdência privada de colaboradores	-	(5)	(5)	-	(40)	(40)
Despesas financeiras - juros e variações monetárias	-	(472)	(472)	-	(474)	(474)
Despesas de prestação de garantias em emissão de dividas	(2.791)	-	(2.791)	(2.986)	-	(2.986)
Receitas de aplicação financeiras	-	783	783	-	3.533	3.533
Repasse de custo e despesas - CSC (*)	(11.935)	-	(11.935)	(7.378)	-	(7.378)
Repasse de custo e despesas de colaboradores	(316)	(143)	(459)	(145)	(136)	(281)

2024

(\*) No semestre findo em 30 de junho de 2024, a Companhia realizou o pagamento de R\$ 5.667 referente aos repasses de custos e despesas com a Controladora CCR S.A.

Na Assembleia Geral Ordinária (AGO) realizada em 15 de abril de 2024, foi fixada a remuneração anual dos membros do conselho da administração e diretoria da Companhia de até R\$ 1.000, incluindo honorários, gratificações, benefícios, remuneração variável pagas no ano e contribuição para seguridade social.

Não há remuneração da Administração, pois os administradores são os mesmos de outras partes relacionadas do Grupo CCR.

#### 9.1. Taxas contratuais de transações com partes relacionadas

Taxas remuneração - garantias	30/06/2024	30/06/2023
De 0,80% a.a.	(2.791)	(2.986)
Total	(2.791)	(2.986)

#### 10. Fornecedores

	30/06/2024	31/12/2023
Circulante	18.036	28.501
Fornecedores e prestadores de serviços nacionais	10.769	19.228
Fornecedores e prestadores de serviços estrangeiros	21	35
Cauções e retenções contratuais	7.246	9.238
Não circulante	3.338	2.602
Fornecedores e prestadores de serviços nacionais	3.338	2.602
Total	21.374	31.103

Referem-se principalmente a contratações de fornecedores e prestações de serviços, materiais e equipamentos relacionados a obras de melhorias, manutenção e conservação.

#### 11. Obrigações sociais e trabalhistas

	30/06/2024	31/12/2023
Circulante	8.880	9.519
Salários e remuneração a pagar	1.707	1.638
Benefícios, gratificações e participações a pagar	1.389	3.000
Encargos sociais e previdenciários	1.262	1.330
Provisão para férias e 13º salário	4.522	3.551
Não circulante	136	136
Programa de Gratificação de Longo Prazo	136	136
Total	9.016	9.655

#### 12. Financiamentos

		Taxa efetiva do		Custos de	Saldos dos		
	Taxas	custo de transação	Vencimento	transação	custos a		
Instituições financeiras	contratuais	(% a.a.) (a)	final	incorridos	apropriar	30/06/2024	31/12/2023
BNDES - FINEM I	TJLP + 2,00% a.a.	2,2338%	Março de 2039	17.013	7.754	560.211	577.656 (b) (c) (d)
Caixa Econômica Federal	TJLP + 2,00% a.a.	2,1918%	Março de 2039	2.598	1.220	106.791	110.123 (b) (c) (d)
Caixa Econômica Federal	TJLP + 2,00% a.a.	2,4844%	Março de 2039	2.671	1.265	43.724	45.063 (b) (c) (d)
				Total geral	10.239	710.726	732.842

	30/06/2024	31/12/2023
Circulante	49.470	49.833
Financiamentos	50.745	51.145
Custos de transação	(1.275)	(1.312)
Não Circulante	661.256	683.009
Financiamentos	670.220	692.601
Custos de transação	(8.964)	(9.592)
Total	710.726	732.842

(a) O custo efetivo destas transações refere-se aos custos incorridos na emissão dos títulos e não considera taxas pós-fixadas, uma vez que a liquidação dos juros e principal dar-se-á no final da operação e na data de cada transação não são conhecidas as futuras taxas aplicáveis. Estas taxas somente serão conhecidas com a fluência do prazo de cada transação. Quando uma operação possui mais de uma série/tranche, está apresentada à taxa média ponderada;

#### **Garantias:**

- (b) Cessão de contas bancárias, indenizações e recebíveis;
- (c) Garantia real; e
- (d) 100% aval/fiança corporativa da CCR.

Cronograma de desembolsos (não circulante)	30/06/2024
2025	24.372
2026	48.743
2027	48.743
2028	48.743
2029 em diante	499.619
(-) Custos de transação	(8.964)
Total	661.256

A Controladora CCR, até o *completion* total, obriga-se a manter índice Dívida Líquida / EBITDA menor ou igual a 4,5, apurado anualmente, com data-base em 31 de dezembro, com base nas demonstrações financeiras consolidadas auditadas. Em relação à Companhia, esta deverá apresentar ICSD igual ou superior a 1,2, Índice de Cobertura "Manutenção" sobre o Serviço da Dívida (inclui a realização da provisão de manutenção) igual ou superior a 1 e apresentação do índice PL/Ativo maior ou igual a 0,2. O resgate antecipado é permitido mediante aprovação do BNDES. Não há guebra de *covenants* relacionados aos financiamentos.

Conforme cláusula quarta do contrato firmado com BNDES, a partir de 16 de janeiro de 2019, a Companhia deve efetuar depósitos em conta reserva, na qual permanecerão bloqueados durante todo o prazo do contrato de financiamento. Em 30 de junho de 2024, o saldo aplicado totaliza R\$ 27.642.

#### 13. Riscos cíveis, trabalhistas, previdenciários e contratuais

A Companhia é parte em ações judiciais e processos administrativos perante tribunais e órgãos governamentais, decorrentes do curso normal de suas respectivas operações, envolvendo questões trabalhistas, cíveis e contratuais.

#### 13.1. Processos com prognóstico de perda provável

A Administração constituiu provisão em montante considerado suficiente para cobrir as prováveis perdas estimadas com as ações em curso, conforme quadro abaixo, com base em (i) informações de seus assessores jurídicos, (ii) análise das demandas judiciais pendentes e (iii) com base na experiência anterior referente às quantias reivindicadas:

	Cíveis e	Trabalhistas e		
	administrativos	previdenciários	Contratuais	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2023	706	481	1.638	2.825
Constituição	4.044	353	-	4.397
Reversão	(40)	(80)	-	(120)
Pagamentos	(883)	(406)	-	(1.289)
Atualização de bases processuais e monetária	46	20	-	66
Saldo em 30 de junho de 2024	3.873	368	1.638	5.879

#### 13.2. Processos com prognóstico de perda possível

A Companhia possui outros riscos relativos a questões cíveis e trabalhistas, avaliados pelos assessores jurídicos como sendo de risco possível, nos montantes indicados abaixo, para os quais nenhuma provisão foi constituída, tendo em vista que as práticas contábeis adotadas no Brasil e as IFRS não determinam sua contabilização.

	30/06/2024	31/12/2023
Cíveis e administrativos	7.776	9.783
Trabalhistas e previdenciários	3.488	882
Total	11.264	10.665

#### 14. Obrigações parceladas

		Não		
	Circulante	Circulante	Total	
Saldo em 31 de dezembro de 2023	622	313	935	
Atualização monetária	103	(73)	30	
Pagamentos	(317)	-	(317)	
Transferência	240	(240)	-	
Saldo em 30 de junho de 2024	648	_	648	

#### 15. Patrimônio líquido

#### 15.1. Prejuízo básico e diluído

A Companhia não possui instrumentos que, potencialmente, poderiam diluir os resultados por ação.

	2024 Abr - Jun	2024 Jan - Jun	2023 Abr - Jun	2023 Jan - Jun
Numerador				
Prejuízo líquido	(91.852)	(188.914)	(76.540)	(136.441)
Denominador				
Média ponderada de ações (em milhares)	1.088.000	1.088.000	1.088.000	1.088.000
Prejuízo por ação - básico e diluído	(0,08442)	(0,17363)	(0,07035)	(0,12541)

#### 15.2. Plano de Incentivo de Longo Prazo, liquidável em Ações

Neste semestre houve outorga de novo Plano de Incentivo de Longo Prazo, com as características e parâmetros de precificação abaixo:

#### Parcela de Performance

- Quantidade de ações outorgadas parcela de performance: 3.970;
- Data da outorga: 26 de junho de 2024;
- Preço corrente (TSR do ano anterior): R\$ 13,04;
- Preço de exercício (TSR alvo) para cada tranche: R\$ 14,61, R\$ 16,44 e R\$ 18,46;
- Volatilidade esperada (Desvio-padrão do logaritmo natural da variação diária das ações da Companhia entre janeiro de 2003 até a data-base da outorga): 2,46%;
- Dividend Yield (média histórica anual desde 2003): 4,13%;
- Taxa de juros livre de risco para cada tranche: 10,03%, 8,84% e 8,83%;
- Prazo total: 3 anos para a 1ª parcela (2 anos de *vesting*), 4 anos para a 2ª parcela (3 anos de *vesting*) e 5 anos para a 3ª parcela (4 anos de *vesting*).

#### Parcela de Retenção

O valor justo da parcela atrelada à retenção, 3.970 ações, foi determinado pelo preço de mercado das ações da Companhia, em 26 de junho de 2024 (data de outorga), de R\$ 11,80, e está condicionada apenas à passagem do tempo e a prestação do serviço por parte dos funcionários.

No semestre findo em 30 de junho de 2024, foi reconhecido como despesa, em contrapartida a reserva de capital, o montante de R\$ 60.

#### 16. Receitas operacionais líquidas

	2024	2024	2023	2023
	Abr - Jun	Jan - Jun	Abr - Jun	Jan - Jun
Receita bruta	87.522	158.938	50.110	134.683
Receitas de pedágio	69.589	111.875	40.953	83.318
Receitas de construção (ICPC 01 R1)	1.921	4.640	161	1.699
Receitas acessórias	2.452	4.795	2.327	4.644
Receitas de remuneração de contas a receber do Poder Concedente	13.560	37.628	6.669	45.022
Deduções das receitas brutas	(8.086)	(14.869)	(5.853)	(11.901)
Impostos sobre receitas	(8.049)	(14.818)	(5.842)	(11.880)
Devoluções e abatimentos	(37)	(51)	(11)	(21)
Receita operacional líquida	79.436	144.069	44.257	122.782

#### 17. Resultado financeiro

	2024	2024	2023	2023
	Abr - Jun	Jan - Jun	Abr - Jun	Jan - Jun
Despesas financeiras	(41.078)	(85.572)	(30.432)	(65.174)
Juros e variações monetárias sobre financiamentos	(15.639)	(31.264)	(17.662)	(35.522)
Variação monetária sobre o excedente tarifário e TAC multas	(23.778)	(50.982)	(11.015)	(25.914)
Comissão de fianças com partes relacionadas	(1.396)	(2.791)	(1.493)	(2.986)
Juros sobre obrigações parceladas	(13)	(30)	(31)	(67)
Taxas, comissões e outras despesas financeiras	(252)	(505)	(231)	(685)
Receitas financeiras	2.117	4.830	2.928	5.157
Rendimento sobre aplicações financeiras	1.988	4.618	2.878	5.046
Juros e outras receitas financeiras	129	212	50	111
Resultado financeiro líquido	(38.961)	(80.742)	(27.504)	(60.017)

#### 18. Instrumentos financeiros

#### 18.1. Instrumentos financeiros por categoria e hierarquia de valor justo

A tabela a seguir apresenta os valores contábeis e os valores justos dos ativos e passivos financeiros, incluindo os seus níveis na hierarquia do valor justo. Não inclui informações sobre o valor justo dos ativos e passivos financeiros não mensurados ao valor justo, se o valor contábil é uma aproximação razoável do valor justo.

		30/06/2024	31/12/2023
Ativos	Nível	640.898	854.448
Valor justo através do resultado		608.913	825.068
Caixa e bancos	Nível 2	13.035	16.380
Aplicações financeiras	Nível 2	40.021	79.412
Aplicações financeiras vinculadas - conta reserva	Nível 2	27.642	27.328
Contas a receber do Poder Concedente	Nível 3	528.215	701.948
Custo amortizado		31.985	29.380
Contas a receber das operações		31.982	28.431
Contas a receber de partes relacionadas		3	949
Passivos	Nível	(760.134)	(781.690)
Passivos financeiros ao custo amortizado		(760.134)	(781.690)
Financiamentos em moeda nacional (a)		(710.726)	(732.842)
Fornecedores e outras obrigações		(23.861)	(32.356)
Fornecedores e contas a pagar a partes relacionadas		(24.381)	(15.377)
Obrigações com o Poder Concedente		(1.166)	(1.115)
Total		(119.236)	72.758

#### (a) Valores líquidos dos custos de transação.

Contas a receber do Poder Concedente — foi mensurado pelo valor justo através do resultado, utilizando a abordagem de custo, a qual inclui a avaliação de indenizações a serem recebidas do Poder Concedente em caso de relicitação do contrato de concessão.

#### 18.2. Análise de sensibilidade

As análises de sensibilidade são estabelecidas com base em premissas e pressupostos em relação a eventos futuros. A Administração da Companhia revisa regularmente essas estimativas e premissas utilizadas nos cálculos. No entanto, a liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores diferentes dos estimados devido à subjetividade inerente ao processo utilizado na preparação das análises.

A Companhia adotou para os cenários de estresse A e B da análise de sensibilidade, os percentuais de 25% e 50%, respectivamente, os quais são aplicados no sentido de apresentar situação que demonstre sensibilidade relevante de risco variável.

#### 18.2.1. Análise de sensibilidade de variações nas taxas de juros

Abaixo estão demonstrados os valores resultantes das variações monetárias e de juros sobre os contratos de financiamentos, aplicações financeiras e auto de infração com o Poder Concedente, com taxas pós-fixadas, no horizonte de 12 meses, ou seja, até 30 de junho de 2025 ou até o vencimento final de cada operação, o que ocorrer primeiro.

	Efeito em R\$ no resultado		
Exposição em			
R\$ (5)(6)	Cenário provável	Cenário A 25%	Cenário B 50%
(720.965)	(65.169)	(77.813)	(90.460)
	(65.169)	(77.813)	(90.460)
(648)	(67)	(84)	(101)
	(67)	(84)	(101)
67.040	6.414	8.011	9.606
	6.414	8.011	9.606
	(58.822)	(69.886)	(80.955)
TJLP (2)	6,9100%	8,6375%	10,3650% 15.6000%
Selic <sup>(4)</sup>	10,5000%	13,0000%	15,7500%
	R\$ (5)(6) (720.965) (648) 67.040 TJLP (2) CDI (3)	Exposição em R\$ (5)(6)  (720.965)  (65.169)  (648)  (67)  (67)  67.040  6.414  (58.822)  TJLP (2)  CDI (3)  Cenário provável  (65.169)  (65.169)  (65.169)  (65.169)  (65.169)  (65.169)  (65.169)  (65.169)  (65.169)  (65.169)  (67)  (67)  6,9100%  10,4000%	Exposição em R\$ (5)(6)  (720.965)  (65.169)  (65.169)  (65.169)  (65.169)  (77.813)  (648)  (67)  (84)  (67)  (84)  67.040  6.414  8.011  6.414  8.011  (58.822)  (69.886)  TJLP (2)  CDI (3)  6,9100%  8,6375%  CDI (3)

(1) As taxas apresentadas acima serviram como base para o cálculo, sendo as mesmas utilizadas nos 12 meses do cálculo.

Nos itens (2) a (4) está detalhado as premissas para obtenção das taxas do cenário provável:

- (2) Taxa de 30/06/2024, divulgada pela BNDES;
- (3) Taxa de 30/06/2024, divulgada pela B3;
- (4) Taxa de 30/06/2024, divulgada pelo Banco Central do Brasil;
- (5) Os valores de exposição não contemplam ajustes a valor justo, não estão deduzidos dos custos de transação, IRRF e não consideram os saldos de juros em 30/06/2024, quando estes não interferem nos cálculos dos efeitos posteriores; e
- (6) Os cenários de estresse contemplam uma depreciação dos fatores de risco (CDI, TJLP e Selic).

#### 19. Demonstrações dos fluxos de caixa

#### 19.1. Transações que não afetaram o caixa

As transações que não afetaram caixa, no semestre findo em 30 de junho de 2024, estão apresentadas nas rubricas do fluxo de caixa abaixo:

Efeito no caixa líquido das atividades operacionais	20.050
Contas a receber do Poder Concedente	20.050
Etala de asida Manida des atinidades de investigante	(00.050)

Contas a receber do Poder Concede Efeito no caixa líquido das atividades de investimento (20.050) Outros de ativo imobilizado e intangível (20.050)

PÁGINA: 26 de 30

30/06/2024

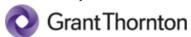
#### 19.2. Atividades de financiamento

A Companhia classifica os juros pagos como atividade de financiamento, por entender que tal classificação melhor representa os fluxos de obtenção de recursos.

Abaixo apresentamos o quadro de reconciliação das atividades de financiamento:

	Financiamentos	Total
Saldo inicial	(732.842)	(732.842)
Variações dos fluxos de caixa de financiamento	53.380	53.380
Pagamentos de principal e juros	53.380	53.380
Outras variações que não afetam caixa	(31.264)	(31.264)
Juros e variação monetária sobre financiamentos	(31.264)	(31.264)
Saldo final	(710.726)	(710.726)

\*\*\*



#### Pareceres e Declarações / Relatório da Revisão Especial - Sem Ressalva

Aos Acionistas, Conselheiros e aos Administradores, Concessionária de Rodovia Sul Matogrossense S.A.

Jundiaí - SP

Introdução

Revisamos as informações contábeis intermediárias da Concessionária de Rodovia Sul Matogrossense S.A. (Companhia), contidas no Formulário de Informações Trimestrais (ITR) referente ao trimestre findo em 30 de junho de 2024, que compreendem o balanço patrimonial em 30 de junho de 2024 e as respectivas demonstrações do resultado e do resultado abrangente para os períodos de três e seis meses findos naquela data, e das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o período de seis meses findo naquela data, incluindo o resumo das práticas contábeis significativas e demais notas explicativas.

A administração é responsável pela elaboração das informações contábeis intermediárias de acordo com a NBC TG 21 — Demonstração Intermediária e com a norma internacional IAS 34 - Interim Financial Reporting, emitida pelo International Accounting Standards Board - (lasb), assim como pela apresentação dessas informações de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários, aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais (ITR). Nossa responsabilidade é a de expressar uma conclusão sobre essas informações contábeis intermediárias com base em nossa revisão.

#### Alcance da revisão

Conduzimos nossa revisão de acordo com as normas brasileiras e internacionais de revisão de informações intermediárias (NBC TR 2410 - Revisão de Informações Intermediárias Executada pelo Auditor da Entidade e "ISRE 2410 - Review of Interim Financial Information Performed by the Independent Auditor of the Entity", respectivamente). A revisão de informações intermediárias consiste na realização de indagações, principalmente às pessoas responsáveis pelos assuntos financeiros e contábeis e na aplicação de procedimentos analíticos e de outros procedimentos de revisão. O alcance de uma revisão é significativamente menor do que o de uma auditoria conduzida de acordo com as normas de auditoria e, consequentemente, não nos permitiu obter segurança de que tomamos conhecimento de todos os assuntos significativos que poderiam ser identificados em uma auditoria. Portanto, não expressamos uma opinião de auditoria.

Conclusão sobre as informações intermediárias

Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que as informações contábeis intermediárias incluídas nas informações trimestrais acima referidas não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com a NBC TG 21 e a IAS 34, aplicáveis à elaboração de Informações Trimestrais - ITR, e apresentadas de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários.

Outros assuntos

Demonstração do Valor Adicionado (DVA)

As informações trimestrais acima referidas incluem a demonstração do valor adicionado (DVA) referente ao período de seis meses findo em 30 de junho de 2024, elaborada sob a responsabilidade da administração da Companhia e apresentada como informação suplementar para fins de IAS 34. Essa demonstração foi submetida a procedimentos de revisão executados em conjunto com a revisão das informações trimestrais, com o objetivo de concluir se ela está conciliada com as informações contábeis intermediárias e registros contábeis, conforme aplicável, e se sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico NBC TG 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que essa demonstração do valor adicionado não foi elaborada, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nessa Norma e de forma consistente em relação às informações contábeis intermediárias tomadas em conjunto.

Auditoria e revisão dos valores correspondentes referentes ao exercício e período comparativos

Os valores correspondentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2023 e aos períodos de três e seis meses findo em 30 de junho de 2023, apresentados para fins de comparação foram, respectivamente, auditados e revisados por outro auditor independente, cujo relatórios sobre a auditoria e revisão foram, respectivamente, emitidos em 29 de fevereiro de 2024 e 11 de agosto de 2023, sem modificações

São Paulo, 24 de julho de 2024

Grant Thornton Auditores Independentes Ltda. CRC 2SP-025.583/O-1

Élica Daniela da Silva Martins Contadora CRC 1SP-223.766/O-0

PÁGINA: 28 de 30

#### Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras

- DECLARAÇÃO DA DIRETORIA -

Em observância às disposições constantes no artigo 31, §1°, inciso (ii), da Resolução CVM nº. 80, de 29 de março de 2022, conforme alterada, a Diretoria da Companhia declara que discutiu, reviu e concordou, por unanimidade, com as opiniões expressas no Relatório da Grant Thornton Brasil ("GT") sobre as Informações Trimestrais da Companhia – ITR, emitido nesta data, e com as respectivas Informações Trimestrais, relativas ao trimestre encerrado em 30 de junho de 2024.

Campo Grande/MS, 24 de julho de 2024.

GUILHERME MOTTA GOMES DIRETOR PRESIDENTE E DE RELAÇÕES COM INVESTIDORES

FAUSTO CAMILOTTI DIRETOR

ANGELO LUIZ LODI DIRETOR

# Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre o Relatório do Auditor Independente

- DECLARAÇÃO DA DIRETORIA -

Em observância às disposições constantes no artigo 31, §1°, inciso (ii), da Resolução CVM nº. 80, de 29 de março de 2022, conforme alterada, a Diretoria da Companhia declara que discutiu, reviu e concordou, por unanimidade, com as opiniões expressas no Relatório da Grant Thornton Brasil ("GT") sobre as Informações Trimestrais da Companhia – ITR, emitido nesta data, e com as respectivas Informações Trimestrais, relativas ao trimestre encerrado em 30 de junho de 2024.

Campo Grande/MS, 24 de julho de 2024.

GUILHERME MOTTA GOMES DIRETOR PRESIDENTE E DE RELAÇÕES COM INVESTIDORES

FAUSTO CAMILOTTI DIRETOR

ANGELO LUIZ LODI DIRETOR